



COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS

CNPJ 33.544.362/0001-00
Declarada de Utilidade Pública pelo
Decreto Federal nº 895 de 12/04/1962,
D.O.U. de 13/04/1962

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalente caixa.....	3.234.342	12.475.867	Fornecedores.....	74.731	
Contas a receber (nota 5).....	2.010.607	1.426.001	Outras contas a pagar (nota 10).....	2.385.241	866.989
Despesas antecipadas.....	1.754	1.732	Outras obrigações.....	48.028	27.601
Outros (nota 6).....	920.836		Total do circulante.....	2.508.000	894.590
Total do ativo circulante.....	6.167.539	13.903.600	NÃO CIRCULANTE		
NÃO CIRCULANTE			Créditos na venda de imóveis.....		3.417
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			Total do não circulante.....		3.417
Outras contas.....	248.376	248.377	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 11)		
Depósitos judiciais (nota 7).....	248.376	250.866	Patrimônio social.....	16.073.776	12.159.106
Investimentos (nota 8).....	224.366	575.319	Ajuste de avaliação patrimonial.....	19.298.281	
Imobilizado (nota 9).....	32.009.480	1.252.230	Superávits do exercício.....	773.192	2.928.389
Intangível.....	3.489	3.487	Total do patrimônio líquido.....	36.145.249	15.087.495
Total do não circulante.....	32.485.710	2.081.902	TOTAL DO PASSIVO	38.653.249	15.985.502
TOTAL DO ATIVO	38.653.249	15.985.502			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em reais)

1. Contexto Operacional: A COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS, constituída inicialmente sob a denominação de ALOISIANUM, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, no dia 26 de setembro de 1.940, com sua personalidade jurídica averbada em 06 de outubro de 1.959, cujos atos constitutivos encontram-se registrados no Cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, tem por objetivo promover e desenvolver as atividades de natureza vocacional e apostólica da "Companhia de Jesus", pautadas na valorização da educação moral e religiosa de acordo com os valores evangélicos e postulados da Religião Católica, Apostólica Romana.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Na elaboração das demonstrações financeiras de 2010, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.121/08 (NBC T 1), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.185/09 (NBC T 19.27), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução nº 877 de 2000 que aprovou a NBC T 10.19, alterada pelas Resoluções nº 926 e 966, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

3. Formalidades da Escrituração Contábil (NBC T 2.1): A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem o evidenciamento fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

4. Documentação da Escrituração Contábil (NBC T 2.2): A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

5. Dretizres Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber: a. **Caixa e equivalente caixa:** São registrados pelo valor histórico das operações, representados basicamente por depósitos bancários. Os títulos e valores mobiliários são classificados baseados na intenção e capacidade financeira da Entidade nas categorias: (I) para negociação; (II) disponíveis para venda; e (III) mantidos até o vencimento. Os rendimentos auferidos por estes títulos são apropriados ao resultado, independente da categoria em que estejam classificados. Para a categoria I, a valorização ou desvalorização é apropriada ao resultado, enquanto que na categoria II, em contrapartida do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. Já na categoria III é apropriada ao resultado somente quando da venda. Estes recursos destinam-se a aplicação em suas finalidades institucionais. b. **Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. c. **Ajuste a valor presente:** Em cumprimento a Resolução 1.151/09 e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes. Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis (operações e/ou critério da essência sobre a forma) dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma (NBC T 19.7): • Todas as transações que dão origem a ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela NBC T 19.30, que trata de receitas; • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. d. **Investimentos:** Representados por investimentos em empresas controladas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (despesa) operacional. e. **Imobilizado:** O ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, não corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e Interpretação Técnica ICPC 10, a Entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, para as classes de terrenos e construções. f. **Demais passivos circulantes e não circulante:** Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. g. **Auração do resultado:** As receitas e despesas de qualquer natureza são registradas com base no princípio da competência, o qual leva em conta o fato gerador do evento. h. **Demonstração dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes: **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita da Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento. **Atividades de investimentos:** são as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela Entidade. Para elaboração da demonstração do fluxo de caixa a Entidade adotou o método indireto. i. **Demonstração do valor adicionado:** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Entidade e sua distribuição, durante determinado período.

6. Caixa e Equivalente Caixa

	2010	2009
Caixa e banco.....	88.415	147.672
Aplicações financeiras		
Aplicações de liquidez imediata.....	3.066.858	655.115
Aplicações financeiras de renda fixa.....	49.782	11.645.660
Aplicações em caderneta de poupança.....	29.288	27.420
	3.145.927	12.328.195
	3.234.342	12.475.867

As aplicações financeiras são compostas por aplicações de curto prazo em CDB (Certificado de Depósito Bancário), RDB (Recibo de Depósito Bancário), Fundos de Investimentos e Caderneta de Poupança. Estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos apropriados até a data do Balanço Patrimonial, com base no regime de competência

JOSÉ CARLOS FERREIRA OLIVEIRA - Diretor Presidente - CPF: 319.788.006-49

7. Contas a Receber

	2010	2009
Contas a receber - diversos		
Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social.....	1.785.000	1.278.617
Alcides Antônio dos Santos.....	2.488	14.928
	1.787.490	1.293.545
	223.117	132.546
Contas a receber de alugueis.....	2.010.607	1.426.001

8. Outros: Refere-se basicamente ao adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 900.000,00.

9. Depósitos Judiciais: O montante de R\$ 248.375 (R\$ 240.377 em 2009) refere-se basicamente a depósitos de IPTU, que a Entidade vem questionando judicialmente.

10. Investimentos

	2010	2009
Quantidades de quotas possuídas.....	615.123	
Participação no capital social.....	33,34%	
Patrimônio líquido.....	673.328	
Em 31 de dezembro.....	575.319	
Aquisição de investimento.....		615.000
Equivalência patrimonial.....	(350.955)	(39.682)
	224.364	575.318
	1	1
	224.365	575.319

11. Imobilizado

	2010	2009				
Descrição	Aquisições e Custos	Ajuste de Avaliação	Transf. de Depreciação	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido	
Terrenos.....	9.000.000	8.796.035	533.965	18.330.000		
Edificações.....	1.219.563	2.559.603	11.264.799 (533.965)	13.601.000	1.219.563	
Móveis e utensílios.....	32.667	45.813		78.480	32.667	
	1.252.230	11.605.416	20.060.834	(909.000)	32.009.480	1.252.230

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e Interpretação Técnica ICPC 10, a Entidade adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado, para as classes de terrenos e edificações. Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação elaborado pela BIRJ - Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro, com base nas especificações e critérios estabelecidos pelas Normas de avaliação NBR 14653-1:2001 e NBR 14653-2:2004 da ABNT. A adoção dessa avaliação em 31 de dezembro de 2010 resultou em um ajuste de R\$ 20.060.834 no ativo imobilizado da Entidade. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio líquido da Entidade, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial". Método de Depreciação: A Entidade efetuou a revisão da taxa de depreciação de seu ativo imobilizado e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos no grupo de "edificações". A avaliação da vida útil foi efetuada com base no laudo de avaliação preparado pela BIRJ - Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment): Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/08, CPC 01, Deliberação da CVM nº 527, NBC T 19.10, aprovada pela Resolução 1.110/07. Quando tais evidências são identificadas (o que não foi o caso em 2010), e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A Administração para efetuar esse teste avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos últimos três (2007, 2008 e 2009) exercícios sociais, mais o exercício em curso (2010) e projeções futuras (2011, 2012, 2013 e 2014). Concluímos que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

12. Contas a Pagar

	2010	2009
Aquisição de imobilizado.....	2.187.500	440.000
Aquisição de ações.....		237.687
Processo - IPTU.....	206.708	198.091
Fundo comunidade religiosa.....	(9.000)	(9.000)
Valores a regularizar.....		211
Outros.....	33	
	2.385.241	866.989

13. Patrimônio Líquido: 13.1. **Patrimônio social:** O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit ou déficit) ocorrido. 13.2. **Ajustes de avaliação patrimonial:** São provenientes dos ajustes do custo atribuído oriundos das rubricas de prédios e edificações.

14. Receitas de Alugueis: O montante de R\$ 2.093.788 (R\$ 1.191.039 em 2009) refere-se a receita de locação de salas e salões.

15. Outras Receitas

	2010	2009
Donativos de pessoas físicas.....	906.336	1.814.286
Donativos de pessoas jurídicas.....	143.501	27.084
	1.049.837	1.841.370

16. Despesas Gerais: O montante de R\$ 1.531.466 (R\$ 521.218 em 2009) refere-se basicamente a despesas de materiais de consumo, serviços básicos, despesas com religiosos e outras despesas.

17. Resultado Financeiro Líquido

	2010	2009
Receitas financeiras		
Receitas financeiras.....	784.253	1.190.278
Juros e moras.....	6.962	5.960
Outros.....	16.881	
	808.096	1.196.238
Despesas financeiras		
Juros de mora e multas.....	(264.101)	(6.716)
Taxa de serviços bancários.....	(1.561)	(382)
	(265.662)	(7.098)
	542.434	1.189.140

18. Provisão para Contingências: A Entidade até 31 de dezembro de 2010 não responde por nenhum processo judicial seja de natureza tributária, trabalhista ou cível, razão pela qual não constituiu provisão para contingências.

19. Cobertura de Seguros: A Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

20. Instrumentos Financeiros: Nos exercícios de 2010 e 2009, a Entidade não participou e nem tampouco manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas.

MARCÍLIO DE OLIVEIRA PACHECO - CPF: 731.397.507-49 - Contador - CRC-RJ 066536/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria. 1) Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, e as respectivas Demonstrações do Superávit do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas - Pronunciamento Técnico - CPC- PME - Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE JESUS - JESUÍTAS em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. 5) **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 20 de abril de 2010, que conteve modificação. **Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 25 de março de 2011.

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS CRC/SP 25P 024298
Carmo Antônio Marino - CPF: 001.124.618 - 91 - CT-CRC: 1SP 053.925/O-4
Alexandre Chiaratti do Nascimento - CPF: 147.823.488 - 19 - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Conselho Fiscal da COMPANHIA DE JESUS - JESUITAS, no exercício de suas funções legais e estatutária, na reunião realizada em 27 de abril de 2011, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social, Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), Notas Explicativas, Relatório dos Auditores Independentes "Audisa Auditores Associados", relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. 2. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal, aprovou, por unanimidade, os referidos documentos contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e autoriza, após aprovação pela Assembleia Geral a Publicação do Balanço.

Satílio Bolonhani da Silva - Presidente do Conselho Fiscal

Javier Pérez Enciso - 1º Conselheiro e secretário ad hoc

Geraldo Luis de Castro - 2º Conselheiro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		(Reclassificado)
Receitas de alugueis (nota 12).....	2.093.788	1.191.039
Receitas financeiras (nota 15).....	808.096	1.196.238
Outras receitas (nota 13).....	1.049.837	1.841.370
	3.951.722	4.228.647
DESPESAS OPERACIONAIS		
Serviços de terceiros.....	(63.633)	(209.208)
Provisões trabalhistas.....	(34.435)	(523.052)
Depreciação.....	(909.000)	
Despesas financeiras (nota 15).....	(265.662)	(7.098)
Despesas gerais (nota 14).....	(1.531.466)	(521.218)
Despesas de equivalência patrimonial (nota 8).....	(350.954)	(39.682)
Outras.....	(23.379)	
	(3.178.529)	(1.300.258)
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	773.192	2.928.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	9.383.007		2.766.687	12.149.694
Incorporação ao patrimônio social.....	2.766.687		(2.766.687)	
Ajustes dos exercícios anteriores.....	9.412			9.412
Superávit exercício.....			2.928.389	2.928.389
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	12.159.106		2.928.389	15.087.495
Incorporação ao patrimônio social.....	2.928.389		(2.928.389)	
Ajustes dos exercícios anteriores.....	223.728			223.728
Ajuste patrimonial.....		20.060.834		20.060.834
Realização do ajuste avaliação patrimonial.....	762.553	(762.553)		
Superávit exercício.....			773.192	773.192
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	16.073.776	19.298.281	773.192	36.145.249

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em reais)

	2010	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício.....	773.192	2.928.389
Ajuste para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais.....		
Depreciação e amortização.....	909.000	
Resultado de equivalência patrimonial.....	350.954	39.682
Ajustes de exercícios anteriores.....	223.728	9.412
	2.256.874	2.977.483

Aumento (redução) nos passivos operacionais

Varição do contas a receber.....	(584.606)	(1.324.342)
Varição de despesas antecipadas.....	(22)	(453)
Varição de depósitos judiciais.....	1	(7.608)
Varição de outras contas.....	(918.347)	14.927
	(1.502.974)	(1.317.476)

Aumento (redução) nos passivos operacionais

Varição de fornecedores.....	74.731	(280)
Varição de outras obrigações.....	20.427	1.946
Varição de outras contas a pagar.....	1.518.252	670.128
Varição de créditos de venda de imóveis.....	(3.417)	(2.927)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.363.893	2.328.874
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições de imobilizado.....	(11.605.417)	(1.093.958)
Investimentos.....		(615.000)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(11.605.417)	(1.708.958)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA DISPONIBILIDADES	(9.241.524)	619.916

Caixa e equivalente de caixa no início do exercício..... 12.475.867 11.855.951
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício..... 3.234.343 12.475.867
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA (9.241.524) 619.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras